



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE BIOLOGIA DA 4ª REGIÃO – CRBio-04
MG | GO | TO | DF

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE
TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

REPRESENTAÇÃO – PEDIDO DE LIMINAR

REPRESENTANTE: CONSELHO REGIONAL DE BIOLOGIA – 4ª REGIÃO
(Autarquia Federal incumbida da fiscalização da profissão com jurisdição no Estado de Minas Gerais, inscrita no CNPJ sob o nº 02.505.297/0001-72, sediada em Belo Horizonte na Av. Amazonas, nº 298, 15º andar, Centro, CEP 30180-001, neste ato representado por seu Conselheiro Presidente, Biólogo Carlos Frederico Loiola - 008871/04-D).

REPRESENTADO: GLAUBER TEODORO FARIA
Presidente da Comissão Permanente de Licitação – CPLIC, Companhia Imobiliária de Brasília (Terracap); e-mail: cplic@terracap.df.gov.br. Endereço: SAM Bl. F Ed. Sede Terracap - Asa Norte. Brasília-DF, CEP: 70620-060;

Douto Conselheiro,

O Conselho Regional de Biologia da 4ª Região – CRBio-04, por seu procurador, respeitosamente comparece para expor as razões de fato e as de direito que fundamentam a presente **REPRESENTAÇÃO** (RI, art. 230), que formula em face do Presidente da Comissão Permanente de Licitação – CPLIC da Companhia Imobiliária de Brasília (Terracap).

O CRBio-04 é a autarquia federal cuja criação deriva da Lei nº 6.684/79, alterada pela Lei nº 7.017/82 e regulamentada pelo Decreto nº 88.438/83, sendo incumbida da fiscalização e da orientação do exercício profissional da Biologia. Por razões de ordem pública, lhe é cabível manejar ações que visem a defesa da sociedade



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE BIOLOGIA DA 4ª REGIÃO – CRBio-04
MG | GO | TO | DF

civil e também das atribuições profissionais inerentes aos Biólogos, possibilitando valer-se das medidas necessárias para assegurar a obediência aos princípios consagrados no texto constitucional, em especial os da legalidade, da moralidade, da isonomia, da eficiência, da liberdade do exercício profissional, da ampla acessibilidade aos cargos públicos.

Tanto pelo disposto na Constituição Federal, como pelo disposto na Lei nº 6.684/1979 em suas alterações e regulamentação, a todos os Biólogos devidamente inscritos nos Conselhos Regionais de Biologia compete o exercício profissional das atividades inerentes às Ciências Biológicas. Daí, a cada profissional é possibilitado e aos Conselhos de Biologia é imposto vigiar para que as prerrogativas do exercício profissional não sejam vilipendiadas, adotando as providências necessárias à defesa da profissão, do profissional e, essencialmente, da sociedade.

Não é diferente o entendimento do E. STJ que no AgInt no REsp 1610027/ RJ decidiu:

PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL AÇÃO CIVIL PÚBLICA. CONSELHO PROFISSIONAL. LEGITIMIDADE ATIVA AD CAUSAM. AGRAVO A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

1. Esta Corte de Justiça possui entendimento segundo o qual as autarquias de fiscalização detêm legitimidade para a propositura de ação voltada à defesa do interesse coletivo da corporação, bem como para a prestação de serviços de saúde de forma eficiente à coletividade, quando o tema guarde relação com a atividade profissional exercida, sendo esse o caso dos autos.

2. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no Resp 1610027 / RJ, 2ª Turma, Rel. Min. Og Fernandes)

Voltando os olhos à questão que ora será descortinada, ocorre que o Representado fez publicar o “*Edital de Licitação Presencial nº 08/2020 – Terracap*”, tomamos conhecimento da ilegalidade decorrente do indevido cerceamento e desvalorização do exercício profissional da Biologia.

No item acerca da **QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**, o edital prevê:

“12. CAPÍTULO XII - QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

12.1. A qualificação técnica será efetuada conforme os Itens 7- EQUIPE e Item 8 - **QUALIFICAÇÃO TÉCNICA** do Projeto Básico, anexo I do Edital, e dos itens que segue:”



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE BIOLOGIA DA 4ª REGIÃO – CRBio-04
MG | GO | TO | DF

Já o projeto básico diz:

A Equipe Técnica necessária para o desenvolvimento dos trabalhos deve ser constituída, no mínimo, pelos seguintes profissionais:

- **Engenheiro Florestal ou Engenheiro Agrônomo (Responsável Técnico);**

- Auxiliar Técnico de Engenharia.

O profissional (**engenheiro florestal ou engenheiro agrônomo**) deverá possuir curso superior completo e ter experiência comprovada na execução de recuperação de áreas degradadas por meio de **atestado emitido pelo CREA**, (grifamos);

Ademais, no Anexo V do Edital (Modelo de Responsabilidade Técnica) a indicação dos profissionais é feita da seguinte forma:

1. Profissional 1

Nome: _____

CREA/CAU nº _____

Especialidade: _____

Data de registro: _____

Assinatura: _____

(grifamos);

Entrementes, ocorre que o mesmo projeto básico prevê:

3 - OBJETO

O **objetivo** deste Projeto Básico é a **contratação de empresa para execução de Plano de Recuperação de Áreas Degradadas – PRAD** para as 5 áreas de cascalheiras localizadas no Gama, Região Administrativa II.

A execução deverá seguir as diretrizes estabelecidas no **Plano de Recuperação de Áreas Degradadas – PRAD** (Autorização Ambiental SEI-GDF nº 42/2019 – IBRAM/PRESI), Instrução Normativa IBRAM/DF nº 723, de 22/11/2017 e Nota Técnica nº 01/2018 – IBRAM, podendo haver a necessidade de complementações e ajustes em seu conteúdo, com a finalidade de atender às exigências do órgão de licenciamento ambiental para atingimento dos indicadores ambientais.

É inegável que os itens supracitados compreendem atividades que integram o acervo de competência profissional do Biólogo e das empresas sob sua responsabilidade técnica, devidamente inscritas no Conselho Regional de Biologia da 4ª Região.

É notório, que dentre o rol de atividades que o edital transcreve, existe a caracterização da atividade do Biólogo. O que mostra a adequação para participar da



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE BIOLOGIA DA 4ª REGIÃO – CRBio-04
MG | GO | TO | DF

licitação, e não somente Engenheiro Florestal ou Engenheiro Agrônomo, devidamente registrado junto ao CREA;

Outrossim, é importante trazermos à baila a lembrança da garantia fundamental insculpida no Art. 5º, inciso XIII, da Constituição Federal:

“é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer”.

Disto decorre linearmente a afirmação de que em nosso ordenamento jurídico a regra geral é a liberdade no exercício das profissões, logicamente, respeitadas as especificidades decorrentes de capacidade especial, de formação técnica, científica ou cultural.

O exercício da profissão de Biólogo é regulamentado primordialmente pela Lei nº 6.684/79, modificada pela Lei nº 7.017/82 e regulamentado pelo o Decreto nº 88.438/83. Urge citar a abrangência da competência do Biólogo, tal como está na Lei nº 6.684/79 em seu art. 2º:

Art. 2º – Sem prejuízo do exercício das mesmas atividades por outros profissionais igualmente habilitados na forma da legislação específica, o Biólogo poderá:

I – formular e elaborar estudo, projeto ou pesquisa científica básica e aplicada, nos vários setores da Biologia ou a ela ligados, bem como os que se relacionem à preservação, saneamento e melhoramento do meio ambiente, executando direta ou indiretamente as atividades resultantes desses trabalhos;

II – orientar, dirigir, assessorar e prestar consultoria a empresas, fundações, sociedades e associações de classe, entidades autárquicas, privadas ou do Poder Público, no âmbito de sua especialidade;

III – realizar perícias, emitir e assinar laudos técnicos e pareceres, de acordo com o currículo efetivamente realizado. (grifo nosso);

De acordo com o art. 3º da supracitada Lei, o biólogo se enquadra no que o *Projeto básico*, item *OBJETO* especifica, vejamos:

“Art. 3º O Biólogo é o profissional legal e tecnicamente habilitado com atribuições para atuar na realização de Manejo e Conservação da Vegetação e da Flora, de Inventário Florestal, de Projeto Técnico de Recuperação da Flora – PTRF e de Plano de Recuperação de Área Degradada – PRAD e atividades correlatas, conforme a seguir:” (grifo nosso)

SEDE



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE BIOLOGIA DA 4ª REGIÃO – CRBio-04
MG | GO | TO | DF

Sendo assim, resta nítido que a plena aptidão para que o profissional Biólogo ou a empresa que o tem como responsável técnico, devidamente regularizados perante o Conselho Regional de Biologia da 4ª Região, executem o objeto do certame referido, decorre de uma cadeia normativa eficiente e incontornável que nasce na Constituição Federal (Art. 5º, inciso XIII), conformada como a garantia individual do livre exercício das profissões, segue pela Legislação Ordinária (art. 2º e 3º da Lei nº 6.684/79).

Em vista dessas ponderações, concluímos que os requisitos constantes do edital em referência, especificamente os que restringem a atuação e sua prova aos profissionais registrados exclusivamente no CREA, são injurídicos, porquanto, ao obstruir e prejudicar a livre participação dos Biólogos e das empresas sob sua responsabilidade técnica atinge a liberdade do exercício profissional, além da isonomia, da legalidade e da razoabilidade, garantias estas que contam com dignidade constitucional.

Em vista de todo o acima exposto, resta patenteado que as disposições contidas no “*Edital de Licitação Presencial nº 08/2020 – Terracap*”, que estabelecem exclusividade para a concorrência de profissionais inscritos no CREA, significam ilegal cerceamento à liberdade do exercício profissional da Biologia, ofendendo garantias constitucionais, legais e disposições de regulamentos, bem como denotam que o certame está maculado pela infringência à ampla e livre concorrência, requisitos de validade da licitação.

Por fim, destacamos que as licitações públicas regem-se pelo princípio da ampla concorrência e as limitações lançadas no mencionado edital configuram, sem sombra de dúvidas, restrição ilegal da concorrência.

Assim sendo, respeitosamente acreditamos que merece ser deferida a **MEDIDA LIMINAR (RI TC/ DF, art. 277)** ora requerida, para que seja **imediatamente sobrestada a licitação em questão até a decisão final desta Representação.**

Enfim, diante de todo o exposto, o Conselho Regional de Biologia – 4ª Região passa a respeitosamente requerer:

- I. Seja recebida a presente Representação, nos termos dos artigos 230 do Regimento Interno;

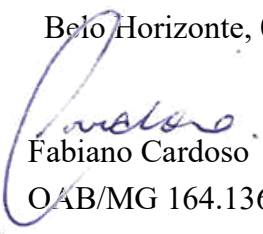


SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE BIOLOGIA DA 4ª REGIÃO – CRBio-04
MG | GO | TO | DF

- II. Seja liminarmente deferida medida cautelar para determinar o sobrestamento da licitação em questão, no termo do artigo 277, do Regimento Interno;
- III. a Citação do REPRESENTADO para, querendo, apresentar defesa em face das irregularidades noticiadas nesta inicial
- IV. Seja confirmada a IRREGULARIDADE apontada com a declaração de ilegalidade da restrição de acesso prevista no Edital, pois a regra deve sempre ser a ampla acessibilidade aos cargos públicos.

Pede deferimento.

Belo Horizonte, 02 de janeiro de 2021.


Fabiano Cardoso
OAB/MG 164.136